

PÁGINA 12: PMDB sem candidato à Presidência pela primeira vez desde 1984. / PÁGINA 13: Pesquisa de psicóloga inglesa afirma que mulher mente mais. / PÁGINA 14: Quando a tietagem se transforma em obsessão. / PÁGINA 15: Feridas na boca: sintomas de doenças graves ou sinal de estresse. / PÁGINA 16: Carteiros funcionais da polícia alagoana são todas falsas.

BRASIL

10 Brasília, domingo, 16 de novembro de 1997

CORREIO BRAZILIENSE

EDITOR: Kido Guerra. SUBEDITOR: Renato Ferraz. TELEFONE: (061) 342-1171/1172. FAX: (061) 342-1155. E-mail: brasil@cbdata.com.br

EM NOME DA PRESERVAÇÃO

Madeireiras tradicionais ignoram as leis e devastam a Amazônia. Mas há quem promova o desmatamento ecologicamente correto

Warner Bento Filho
 Da equipe do Correio

Parece mentira, mas só uma das mais de três mil madeireiras instaladas na Amazônia tem o selo verde, espécie de ISO 9000 da floresta.

O selo verde — na verdade, uma certificação concedida no mundo inteiro pelo Conselho para o Manejo de Florestas, ou *Forest Stewardship Council (FSC)* — é a garantia de que a empresa extrai madeira com o mínimo de agressão à natureza. Em outras palavras, o selo garante que a empresa faz o trabalho como ele deve ser feito, o que pode ser resumido no chavão "ambientalmente correto, socialmente justo e economicamente viável".

Em todo o país, apenas quatro empresas têm o certificado do FSC. As outras três empresas são de outras regiões do Brasil, e trabalham com florestas plantadas, não com florestas naturais.

Os madeireiros tradicionais da Amazônia costumam argumentar que o manejo adequado da floresta — aliás, o que manda a lei — não é viável economicamente. Que, para o negócio ser bom, é preciso depredar. Outro argumento é que não existe tecnologia para derrubar árvores sem agredir a natureza.

RETORNO

O exemplo da Mil — única madeireira da Amazônia com o selo verde — mostra que os dois argumentos são furados. A empresa, de capital suíço, investiu US\$ 20 milhões desde 1994 e pretende ter o retorno desse dinheiro em, no máximo, dez anos. O custo de extração das toras é o mesmo da média das madeireiras tradicionais: R\$ 35 por metro cúbico.

O dinheiro investido em estudos, planejamentos e treinamentos — práticas desconhecidas na exploração tradicional — é economizado na hora de derrubar as árvores. Máquinas e operários sabem exatamente o que fazer, como e onde, poupando tempo e dinheiro.

Além disso, o manejo garante que a terra não precisará ser trocada por outra quando a madeira acabar. Se tudo for feito como manda a regra, a madeira não acabará nunca. O projeto não tem prazo definido para terminar. Pela prática mais comum, é preciso procurar novas áreas — cada vez mais distantes — depois de exaurir as reservas da parte que está sendo explorada.

A tecnologia utilizada pela Mil não veio de fora: foi desenvolvida pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e está disponível para todos.

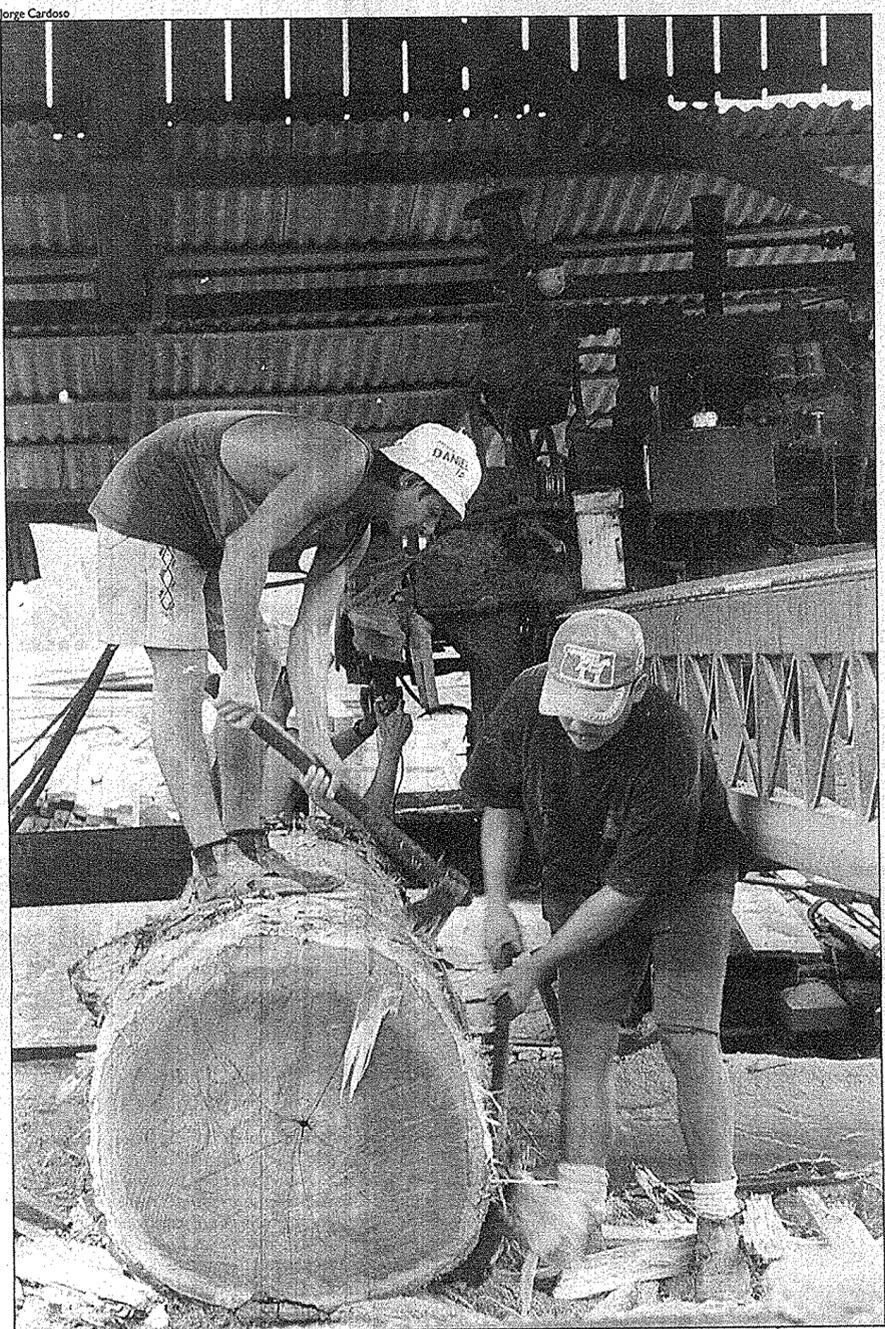
O método tradicional de exploração de madeira na Amazônia lembra aquele cachorro que come de uma só vez toda a comida com medo de que amanhã não tenha mais. Não existe planejamento. Não raro, as árvores são abatidas em reservas indígenas. E, nos casos restantes, o trabalho é feito em terras devolutas (de propriedade do estado).

No melhor dos cenários, a terra é comprada ou arrendada. Quando entra na floresta, o madeireiro aranca tudo o que o tempo permitir. Quando as reservas de árvores com valor comercial se esgotam, ele parte para outra área.

PEDAGOGIA

O engenheiro florestal José Natalino Macedo Silva, 50 anos, doutor em manejo florestal, pesquisador da Embrapa e um dos principais responsáveis pelo desenvolvimento da tecnologia de exploração sustentável de madeira na Amazônia, usa de muita pedagogia para convencer os madeireiros da necessidade de cuidar da floresta.

"A exploração de madeira pode ser comparada a um copo debaixo da torneira. Quando o copo enche, se eu tomar dois goles e colocá-lo de volta sob a torneira, em pouco tempo o copo estará transbordando de novo. Na Amazônia, é como se o sujeito tomasse os dois goles mas não esperasse o copo encher", explica.



Falta de treinamento no corte das árvores causa desperdício e esgota a capacidade de renovação da floresta

Pouco progresso, muita devastação

No município de Paragominas, no Pará, o maior pólo madeireiro do país, as toras são transportadas por distâncias de pelo menos 100 km da floresta até a serraria. Isso porque o que tinha por perto foi arrasado nos últimos dez anos — tempo de existência da cidade.

Paragominas é o exemplo do que deve ser evitado. A devastação foi tão grande que os madeireiros começam a mudar de ramo, por absoluta falta de árvores. O prefeito da cidade, Sidney Rosa, dono de uma das maiores serrarias da região, a Rosa Madeireira, em lugar de tentar promover o uso sustentável da floresta, pretende incentivar os empresários a investir no cultivo de soja, milho e algodão na Amazônia.

Um diagnóstico dos projetos de manejo florestal feito por técnicos da Embrapa na região mostrou, que estes empreendimentos não trouxeram nenhum impacto social positivo para as populações locais. Ao contrário, os efeitos encontrados foram classificados como negativos.

O pior é que o município depende da floresta como nenhum outro — as serrarias são as maiores empregadoras da região. Empresários e autoridades sabem disso. Mesmo assim, as exigências feitas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para aprovar projeto de exploração de madeira, com a finalidade de preservar a floresta, são descumpridas sem cerimônia.

Isso acontece em toda a Amazônia. O madeireiro Edmilson Quincó, 34 anos, de Santarém, no Pará, acaba de ter seu projeto embargado pelo Ibama. Quincó, que virou madeireiro em 1993 (antes foi caminhoneiro e comerciante) jamais treinou seus operários para trabalhar na floresta ou na serraria.

Ele extrai madeira numa área de 1.500 hectares, dentro de um assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incr). Tem um contrato de exploração de madeira com três colonos, cada um com 500 hectares.

"Em geral, os projetos apresentados para aprovação no Ibama são pura encenação. Na prática, não se faz nada do que está escrito", conta Natalino.

VIZINHANÇA

Ao lado da área explorada por Quincó há um projeto da Madeireira Santarém (Madesa), aprovado pelo Ibama em julho deste ano. O motosserrista que derruba árvores, Olivaldo Espírito Santo Ferreira, jamais ouviu falar em treinamento para esse tipo de trabalho. Nunca teve contato com o engenheiro florestal da empresa, nem sabe se existe um — o que é obrigatório para a aprovação do projeto — nem recebeu orientação sobre como derrubar as árvores de maneira a minimizar o impacto disso na floresta.

A empresa Cemex, melhor exemplo de exploração do município, dificilmente conseguiria o selo verde. Nem toda a madeira utilizada pela empresa vem de manejo próprio — 10% são comprados. Além disso, a Cemex terceirizou vários setores da indústria, entre eles a derrubada das árvores, prejudicando o controle das cortes.

"Não é verdade que sai mais caro explorar a floresta usando técnicas de manejo sustentável", garante o gerente geral da Mil, o suíço Friedrich Brügger, 60 anos. "Quando trabalhamos na mata, não damos nem um passo além do necessário. Levando em conta que em 25 ou 30 anos poderemos cortar madeira de uma área já explorada, o preço fica menor", diz.

Há 20 anos no Brasil, Brügger considera-se brasileiro. A atividade de madeira não é tradição familiar. Mas a família mantém um bosque de floresta na Suíça, adquirida pelo pai do empresário. (WBF)

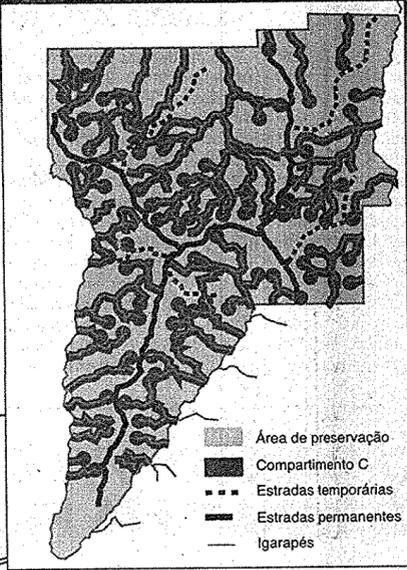
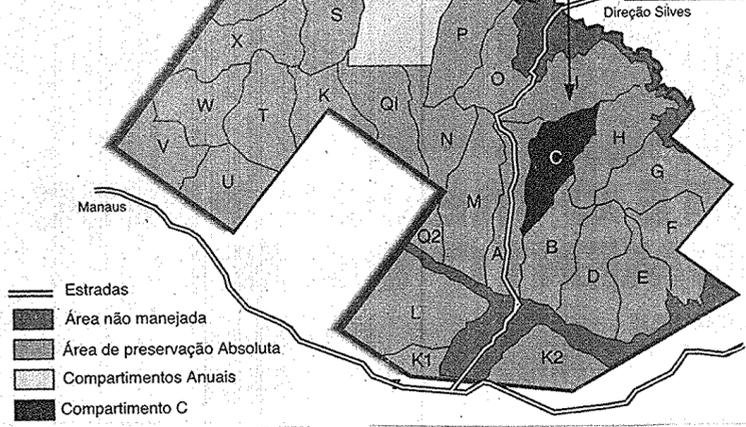
ECOLOGICAMENTE CORRETO

Exemplo de empresa suíça mostra que respeitar a natureza faz sentido economicamente e acaba com as desculpas de madeireiros tradicionais que acabam com a floresta ao explorá-la

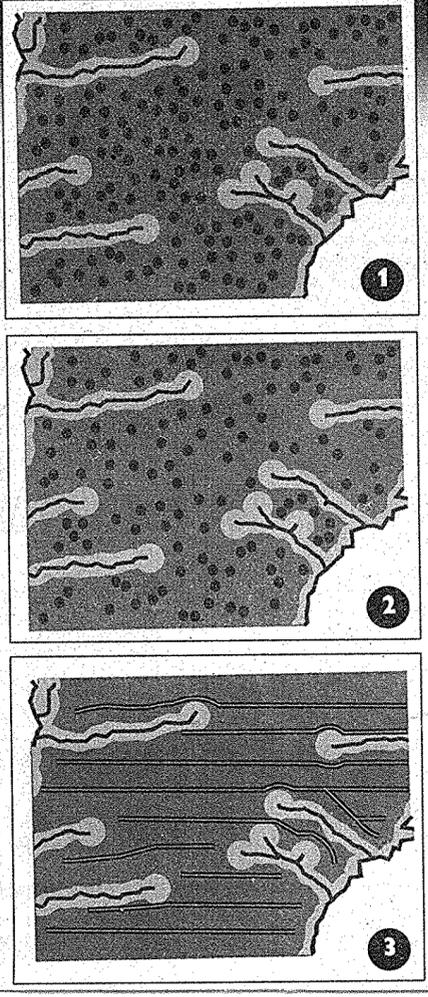
A Mil Madeireira — única com o selo verde na Amazônia — trabalha uma área de 80 mil hectares (800 km quadrados). Deste total, o dono anterior havia desmatado 5 mil hectares. Dos 75 mil restantes, a empresa pretende explorar 50 mil hectares, divididos em 28 parcelas de aproximadamente 2 mil hectares cada uma. Os outros 25 mil serão preservados. Uma área de 12 mil

hectares servirá como reserva para pesquisar a floresta. Os outros 13 mil são áreas de preservação permanente. A cada ano, a empresa explora uma área de 2 mil hectares. O ciclo se completa em aproximadamente 30 anos, quando a primeira área explorada poderá ser trabalhada novamente. Para dividir as parcelas, foram usados limites naturais, como igarapés e divisores de água.

Os mapas da fazenda são obtidos a partir de imagens de satélite. Depois, cada parcela de 2 mil hectares é dividida em 200 pedaços de 10 hectares, e cada um deles é percorrido, antes da extração, para se fazer um estudo detalhado da área



- 1 De posse das informações sobre o que existe na área, são selecionadas as árvores que podem ser derrubadas, deixando sempre pelo menos 20% de cada espécie.
- 2 São excluídas todas as árvores às margens dos igarapés e em terrenos muito inclinados.
- 3 Até as trilhas que serão usadas para retirar as toras são detalhadamente planejadas.



— Estradas
 — Área não manejada
 — Área de preservação Absoluta
 — Compartimentos Anuais
 — Compartimento C

— Área de preservação
 — Compartimento C
 — Igarapé

Selo para quem cuida bem de suas florestas

Warner Bento Filho
 Da equipe do Correio

A certificação para manejos florestais surgiu como alternativa ao boicote de madeiras tropicais promovido por países importadores. Principalmente as nações européias que se recusam a comprar produtos das florestas tropicais, alegando que a exploração sustentada dos recursos naturais não é praticada nessas regiões. A certificação funciona — ou deveria funcionar — como um estímulo ao bom manejo.

O Brasil assinou, em 1977, um acordo com a Organização Internacional de Madeiras Tropicais (OIMT), que reúne 33 países produtores e consumidores de madeiras tropicais. O acordo estabeleceu o ano 2000 como prazo final para que toda madeira exportada pelos países membros tenha origem em florestas manejadas sustentavelmente.

O Brasil tem poucas possibilidades de alcançar esta meta até o ano 2000. Especialistas acreditam, no entanto, que será uma mera questão de tempo. Pode demorar alguns anos mais, mas a previsão é de que este seja o caminho adotado na maior parte das áreas de exploração de madeira no país.

A certificação é dada pelo Conselho para o Manejo de Florestas — que atua como o fiscal das certificadoras de todo o mundo. É formado por empresas, organizações não governamentais, sindicatos e outras entidades. No Brasil, o Conselho para o Manejo de Florestas é representada pelo Instituto de Manejo e certificação

Florestal e Agrícola (Imaflora).

Apesar do nome, a certificação agrícola ainda não está funcionando no Brasil. O Imaflora pretende estabelecer padrões para certificar plantações de cana-de-açúcar em breve. Neste ano, estão sendo feitos os primeiros testes de campo para esse fim.

Para certificar uma empresa, o instituto leva em consideração, além das questões ambientais, critérios sociais e econômicos. O respeito aos direitos trabalhistas, direitos dos povos indígenas e de populações locais são considera-

Uma das fiscalizações tem data marcada. A outra pode acontecer qualquer dia, de surpresa.

Segundo os técnicos da madeireira, porém, o fiscal do instituto passa por lá com uma frequência muito maior. "Quase todo o mês ele está aqui", confirma o engenheiro florestal responsável pela extração de madeiras na empresa, o holandês Tim Van Eldik, 28 anos.

O processo de certificação da Mil levou mais de seis meses. Na maioria dos casos, porém, este prazo costuma atingir uma média de três anos.

A certificação garante que a

madeira saiu de área bem manejada. Os técnicos do Imaflora evitam usar o termo "sustentável". "Não usamos a palavra porque, em termos técnicos não é o mais adequado. São tantos os fatores que pesam na avaliação da sus-

tenabilidade, que a gente prefere não usar", diz Philippe Waldhoff, coordenador do programa de treinamento do Imaflora.

"O consumidor brasileiro tem que abrir os olhos. Ele pode questionar a procedência da madeira que utiliza. O certificado garante que ela não está sendo retirada de uma reserva indígena, por exemplo, e que não está usando trabalho escravo", explica Waldhoff. (WBF)

"O CONSUMIDOR BRASILEIRO TEM QUE ABRIR OS OLHOS. ELE PODE QUESTIONAR A PROCEDÊNCIA DA MADEIRA QUE UTILIZA. O CERTIFICADO GARANTE QUE ELA NÃO ESTÁ SENDO RETIRADA DE UMA RESERVA INDÍGENA, POR EXEMPLO, E QUE NÃO ESTÁ USANDO TRABALHO ESCRAVO"

Philippe Waldhoff,
 coordenador do programa de treinamento do Imaflora

EXIGÊNCIAS

O certificado tem validade de três anos. Durante este tempo, a empresa é fiscalizada e pode perder o título se não cumprir todas as exigências. Além disso, qualquer pessoa ou organização que discorde da concessão do certificado, poderá pedir revisão do processo.

Pelo contrato com a Mil Madeireira, o Imaflora deveria fiscalizar o trabalho duas vezes por ano.

Jorge Cardoso



Exploração tradicional desafiada por empresas que mostram que cuidar da floresta pode dar lucros rapidamente

Obedecer a lei dá dinheiro

O argumento de que é possível explorar madeira na Amazônia de maneira sustentável já não é só papo de ecologista chato. É discurso de empresário que sabe ganhar dinheiro — e muito.

O Brasil contribui hoje com cerca de 4% de toda a madeira tropical comercializada no mundo. E tem um terço das florestas tropicais do planeta. O mercado mundial é praticamente dominado pela Indonésia e pela Malásia.

DESTAQUE

O problema é que estes países já devastaram suas florestas — o que também explica a vinda dos madeireiros asiáticos para o Brasil.

Por conta disso, o país passará a ocupar, nos próximos anos, posições cada vez mais importantes no comércio internacional do produto. O selo verde prova que é possível explorar a floresta com responsabilidade. E que é viável ganhar dinheiro com isso. A exploração tradicional, responsável pela devastação da Amazônia, possui todos os pré-requisitos para estar aposentada. Só não vê, quem não quer. (WBF)